
A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)ⁱ

La inserción de la Botánica en la Instrucción Pública del Pará: Liceu Paraense (1851-1873)

Marcelino Carmo de Lima
José Jerônimo de Alencar Alves
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém, Pará-Brasil

Resumo

A História Natural surgiu no sistema escolar do Pará, inicialmente, em 1851, com um de seus ramos, a Botânica, na cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, inserida no Liceu Paraense. Excluída dois anos depois, retornou em 1873, na cadeira *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura*, do Curso Normal incluído, neste ano ao Liceu. Analisamos o processo de inserção da História Natural em relação aos demais componentes do currículo e da cultura local, buscando entender esse processo inicial. Para isso, consideramos, como requer Stuart Hall, as representações e significados dos discursos associados ao processo, expressos em leis, regulamentos governamentais e jornais da época. Constatamos que antes de entrar na escola, a História Natural foi inserida em outras instituições e representada como indispensável ao progresso da civilização.

Palavras-chave: Botânica; Instrução Pública; Liceu Paraense.

Resumen

La Historia Natural surgió en el sistema escolar del Pará, inicialmente, en 1851, con una de sus ramas, la Botánica, en la cátedra *Elementos de Física, Química y Principios Generales de Botánica*, inserta en el Liceu Paraense. Excluída dos años después, regresó en 1873, en la cátedra de *Nociones Generales de Física, Química, Historia Natural y Agricultura*, del Curso Normal incluido, en este año al Liceu. Analizamos el proceso de inserción de la Historia Natural con relación a los demás componentes del currículo y de la cultura local, buscando comprensión del proceso inicial. Para esto, consideramos, como requiere Stuart Hall, las representaciones y significados de los discursos asociados al proceso, expresados en leyes, reglamentos gubernamentales y periódicos de la época. Constatamos que antes del ingreso en la escuela, la Historia Natural fue insertada en otras instituciones y representada como indispensable para el progreso de la civilización.

Palabras clave: Botánica; Instrucción Pública; Liceu Paraense.

Introdução

A inserção inicial da História Natural, em uma escola do Pará, conforme a historiografia, ocorreu em 1851, quando um dos ramos desta ciência, a Botânica, passou a constar no currículo do Liceu Paraense (atual Colégio Estadual Paes de Carvalho), integrando a cadeira denominada *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, que passou a fazer parte dos cursos de Humanidades e Comércio que constituíam essa instituição de ensino. Excluída em 1853, a História Natural retornou apenas em 1873, ao ser incluída no Curso Normal ao fazer parte da cadeira intitulada *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e de Agricultura*,ⁱⁱ como veremos ainda no decorrer deste texto.

Nosso propósito é analisar as condições culturais associadas a essa inserção inicial da História Natural no sistema escolar paraense entre 1851 e 1873, entretanto, antes, convém assinalar que essa temática vem sendo alvo de estudos historiográficos, entre eles, os que têm procurado contribuir para compreender o processo de institucionalização das ciências na América Latina, analisando algumas formas pelas quais elas se inserem em contextos específicos, como os exemplos que seguem.

Ortega Baez (2019), no artigo intitulado *La enseñanza de la Botânica en la prensa de la Ciudad de México: 1801-1830*, analisou o desenvolvimento da botânica a partir de análises de alguns jornais mexicanos entre 1801 e 1830, com ênfase nos aspectos educativos da época. O autor afirma que a Botânica foi uma ciência de interesse tanto para o governo espanhol quanto para o mexicano, devido as suas características aumentarem as riquezas públicas e privadas mediante o aproveitamento dos recursos naturais. Do mesmo modo, havia também o interesse dos letrados pela prática da Botânica, o que era exposto na imprensa.

Santos e Selles (2014), em artigo intitulado *A produção da disciplina escolar História Natural na década de 1930: os livros didáticos de Waldemiro Potsch para o ensino secundário*, analisaram o ensino da disciplina História Natural. Neste trabalho, que é voltado para análise dos livros produzidos por Potsch, professor catedrático da disciplina do Colégio Pedro II, situado no Rio de Janeiro, as autoras focalizam a materialidade do conhecimento escolar, produzido e selecionado por grupos sociais no contexto histórico da época. Elas afirmam que havia predominância dos conteúdos de ensino de Botânica juntamente com os de Zoologia nos compêndios analisados no estudo.

Barros e Alves (2014), no artigo *O Papel do Liceu Paraense na Introdução das Ciências no Pará*, estudaram o processo de instituição das Ciências no sistema escolar do Pará, iniciado

nesta instituição de ensino e assinalam que as primeiras disciplinas científicas, registradas pela historiografia, em uma escola do Paráⁱⁱⁱ, foram as constituintes da cadeira denominada *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, que passou a fazer parte do plano de ensino do Liceu Paraense, em 1851. Como se pode notar, a Botânica, que era um dos ramos da História Natural, é parte integrante da cadeira supracitada. Assim, eles mostram, ainda, que essa cadeira foi excluída dois anos depois, em 1853 e retornou ao sistema escolar, em 1873, pela disciplina intitulada História Natural e não Botânica, uma das ciências que a constituem, como indica o título da cadeira *Noções de Física, Química, História Natural e Agricultura*, que também teve curta duração, pois foi excluída no ano seguinte.

Este texto tem como objetivo analisar o processo de institucionalização da História Natural no currículo do sistema escolar do Pará, buscando as representações e significados atribuídos à adoção deste campo do conhecimento, assim como as condições culturais que o tornaram possível. A presente análise inicia quando ele foi inserido no currículo escolar, especificamente pela disciplina Botânica, e finaliza no momento em que ela foi adotada na sua diversidade, isto é, pela disciplina intitulada História Natural.

Sobre este campo do conhecimento, resgataremos as características curriculares no decorrer desse percurso, buscando os registros referentes a ele nos planos de ensino, leis e nos demais documentos reveladores das características, representações e significações que lhes foram atribuídos e, ainda, a presença de instituições, atividades e outros fatores indicativos da existência na cultura local, de condições, ainda que iniciais, para que fosse recebido e praticado.

Trata-se da cultura como uma condição constitutiva da vida social. Essa perspectiva analítica, segundo Stuart Hall (1997), diz respeito a:

uma abordagem da análise social contemporânea, que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente, provocando, assim, nos últimos anos, uma mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades, que passou a ser conhecida como a “virada cultural” (HALL, 1997, p. 27).

Além disso, Hall (1997, p. 34) afirma que “toda prática social tem dimensões culturais ou discursivas de existência”, além disso, as práticas sociais para funcionarem, diz ele, dependem de significados que se situam “dentro do discurso”, sendo este, caracterizado como segue:

A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)

O próprio termo "discurso" refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. (HALL, 1997, p. 29)

Quanto à educação, esta é importante na dinâmica cultural, conforme pode-se deduzir dos ditos de Hall (1997, p. 40-41), ao afirmar que ela inclui normas, padrões e valores na cultura.

Mas o que é a educação senão o processo através do qual a sociedade incute normas, padrões e valores – em resumo a 'cultura' – na geração seguinte na esperança e expectativa de que, desta forma, guiará, canalizará, influenciará e moldará as ações e crenças das gerações futuras, conforme os valores e normas de seus pais e do sistema de valores predominantes da sociedade?

Entretanto, essas normas, padrões e valores, não são permanentes. Tomaz Tadeu da Silva (2018, p. 7-8) refere-se ao “conhecimento corporificado no currículo não como algo fixo, mas como um artefato social e histórico, sujeito a mudanças e flutuações”. E acrescenta que o currículo não é resultante de uma decisão tomada em algum lugar privilegiado do passado, permanecendo imutável até o tempo atual. Ele é resultante de um processo social, cultural e histórico, estando em “constante fluxo e transformação”. Essa perspectiva, segundo este autor, “não pode se deter na descrição estática do passado, mas deve tentar explicar como esse determinado artefato veio a se tornar o que é, descrevendo a dinâmica social que moldou dessa forma”.

Desse modo, para analisar o currículo devemos considerar não apenas as deliberações formais daquilo que o constitui, como por exemplo os planos, leis e regulamentos, mais que isso, importam também os diferentes significados que assume em cada contexto cultural e histórico em que é adotado e transformado. Nessa perspectiva, é importante saber por que estes conhecimentos e não outros foram sendo considerados socialmente válidos e legítimos, assim como perceber as rupturas e descontinuidades envolvidas nesse processo. (SILVA, 2018).

A partir dessas premissas indagaremos, em primeiro lugar, pelas possíveis condições criadas para a inserção da História Natural na escola, indagando pela recepção desse campo do conhecimento nos discursos e em outras instituições locais. A seguir, indagaremos sobre a inserção da Botânica nos cursos de Humanidades e Comércio do Liceu Paraense. E,

finalmente, sobre a adoção da História Natural, assim nomeada como disciplina do Curso Normal, quando este foi acrescentado ao Liceu.

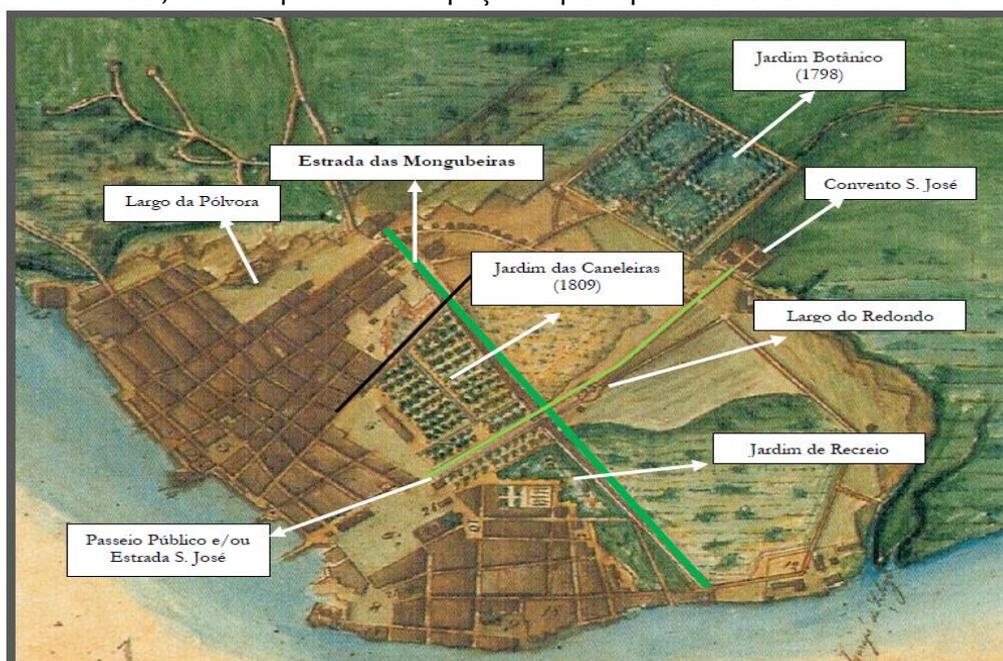
A Presença da História Natural na Amazônia em meados do Século XIX

A História Natural passou a fazer parte do currículo do Liceu Paraense a partir da segunda metade do século XIX, como vimos anteriormente. Seria este um caso isolado ou este campo do conhecimento já vinha sendo introduzido no contexto social local, criando condições para que entrasse na escola?

Quando a Botânica foi inserida no currículo do Liceu Paraense, ela era a única ciência que possuía uma instituição exclusivamente para representá-la, na Província do Pará: um jardim botânico, o jardim de São José. Sanjad (2001, p. 153) assinala que, embora ela viesse passando por dificuldades, em meados do século recebeu financiamento para o cultivo de plantas exóticas e especiarias. Ele acrescenta ainda que a simples presença física dessa instituição em meio à cidade fazia com que ela fosse referência por aqueles que viam utilidade pública na ciência botânica.

A julgar pela representação topográfica, que seria a mais antiga de Belém, provavelmente elaborada na primeira metade do século XIX, o Jardim Botânico ocupava um lugar significativo no espaço público, como se pode ver na figura que segue.

Figura 1: Primeira representação topográfica de Belém, provavelmente elaborada no início do século XIX, onde se pode ver o espaço ocupado pelo Jardim Botânico.



Fonte: Reis, apud Pereira (2015, p. 207-208).

A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)

Quanto aos antecedentes do Jardim de São José, Sanjad (2001, p. 135-156) assinala que ele foi criado em 1788, com o propósito de “cultivar plantas ornamentais e a servir de recreio para a população”. E que esta instituição chegou a incluir atividades de pesquisas científicas voltadas para a Botânica, pela iniciativa de Antônio Corrêa de Lacerda (1777-1852), quando administrou esta instituição entre 1818 e 1821, o que resultou em sua principal obra: *Flora Paraensis*^{iv}. Quando o Liceu Paraense foi criado, em meados do século XIX, as atividades de pesquisa haviam sido extintas, pois estas se reduziam às realizadas por Lacerda, no século anterior, mas permaneceram as voltadas para o cultivo de plantas, de modo que o Jardim de São José continuou a representar o lugar da Botânica na cultura local.

A História Natural manifesta na atividade dos naturalistas, conforme Stepan (2001, p.31), se acentuou em meados do século XIX, pela presença de europeus no vale amazônico, explorando, coletando e mapeando a região com a finalidade de realizar atividades comerciais e científicas. Os naturalistas Alfred Wallace (1823-1913) e Henry Bates (1825-1892),^v se situam entre os que desembarcaram, neste momento, com o propósito de realizar atividades voltadas para a História Natural. Os livros de viagem dos naturalistas, como os acima citados, mais que informações científicas, traziam impressões sobre o contexto cultural local.

Bates chegou à Amazônia em 1848, portanto, momentos antes da inserção da Botânica no currículo escolar paraense, e permaneceu até 1859. Referindo-se à Província do Pará, onde iniciou a excursão por essa região, ele relata que as manifestações religiosas ocupavam “grande parte do tempo e dos pensamentos de seus habitantes”, entre eles, os indígenas, “mas logo que surgiu o tráfego a vapores no rio e as atividades comerciais foram incrementadas, eles começaram a abandonar aos poucos o lugar” (BATES, 1979, p. 40). Em contrapartida, os valores da cultura moderna eram assimilados pelos que tinham condições econômicas para viajar aos países que representavam a modernidade, viagens que foram acentuadas com a chegada do barco a vapor. Viajar para esses países era o anseio dos empreendedores, afirma o naturalista.

O Sr. Danin contou-nos que já viajara para a Inglaterra e aos Estados Unidos e que dois filhos seus completaram agora os estudos nesses países. Mais tarde fiquei conhecendo vários homens empreendedores, como o Sr. Danin, não só brasileiros, como portugueses, tendo verificado que a ambição de todos eles é fazer uma viagem à Europa ou aos Estados Unidos e enviar seus filhos para estudar no exterior (BATES, 1979, p.31).

Ele conta, ainda, que quando desembarcou no Pará ficou surpreso com a recepção das “pessoas importantes da cidade” em relação às atividades que ele havia realizado, “com objetivos exclusivamente científicos”, acrescentando que, para isso, devia contribuir com a curiosidade da população, por ter passado vários anos explorando localidades bastantes desconhecidas, na prática dessas atividades.

Fiquei bastante surpreso com o grande apreço que as pessoas mais importantes da cidade deram aos trabalhos que eu havia realizado. A verdade é que o interior do país ainda é considerado um “sertão”, uma terra incógnita para a maior parte dos habitantes da orla marítima – e um homem que havia passado sete anos e meio explorando esse sertão, com objetivos exclusivamente científicos não deixava de ser curiosidade (BATES, 1979, p. 296).

A instrução também foi alvo dos relatos de Henry Bates. Embora ao se referir à instrução pública não tenha mencionado o Liceu Paraense, ele assinala que as escolas públicas primárias estavam presentes nos diversos povoados do Pará. No que se refere ao ensino dirigido pelas ordens religiosas, ele aponta a presença de um Seminário, onde os filhos dos fazendeiros e comerciantes completavam a escolaridade.

Existia um sistema de ensino público, tendo cada arraial sua escola primária com um professor pago pelo governo. Seu salário chega aproximadamente a 70 libras, uma quantia equivalente à que recebem os padres. Além das escolas primárias, é mantido no Pará um bem aparelhado seminário, onde os filhos de fazendeiros e comerciantes do interior completam a sua educação. (BATES, 1979, p. 23)

Henry Bates ressalta a exuberância das espécies vegetais encontradas na região amazônica, comparando-as ao Jardim Botânico de Kew, localizado em Londres, na Inglaterra:

O leitor que já tiver visitado o Jardim Botânico de Kew talvez possa ter uma noção aproximada dessa mata, procurando imaginar uma vegetação semelhante à da estufa das palmas daquele Jardim, espalhada por um extenso terreno pantanoso; deve, entretanto, imaginá-la misturada a enormes árvores exógenas, semelhantes aos nossos carvalhos e olmos, mas cobertas de trepadeiras e parasitas, tentando por fim visualizar o chão atulhado de troncos, galhos e folhas apodrecidos – tudo isso recendendo a umidade e iluminados pelos raios ardentes e verticais do sol. (BATES, 1979, p. 30)

O naturalista inglês Richard Spruce, também esteve na Amazônia em meados do século, realizando expedições científicas, inclusive, encarregado de mandar objetos da História Natural da região ao Jardim Real de Kew. Em 1855, o jornal *Estrella do Amazonas* publicou uma nota sobre as atividades de Spruce, ressaltando o desejo de que ele contribuísse para o conhecimento da “riqueza botânica local”.

Consta-nos que este distinto viajante tem já remetido para a Inglaterra numerosos objetos de história natural, acompanhados dos convenientes relatórios, e nós esperamos com muito prazer a publicação de seus trabalhos que hão de, sem dúvida,

A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)

contribuir para que seja devidamente apreciada a riqueza botânica, ainda tão pouco conhecida, desta parte do Império (ESTRELLA DO AMAZONAS, ed. 109, quarta-feira 10 de janeiro de 1855, p. 3).

Esse conjunto de atividades referentes à História Natural, mostram que ela vinha adentrando na Amazônia antes de entrar na escola, por meio de um Liceu, um modelo de escola que se originou na França. Entretanto, como assinala Arboleda (1987, p. 8), as instituições criadas inspirando-se em modelos pré-existentes em outras culturas não são idênticas a elas, pois adquirem novas características determinadas pela cultura em que se inserem. De qualquer modo, para compreendermos as condições que possibilitaram a inserção da História Natural no currículo do Liceu Paraense, é importante indagarmos sobre as instituições de ensino que lhes serviram de modelo, como faremos a seguir.

Os liceus franceses foram criados em 1802 pela lei que objetivava organizar a instrução pública na França e lhes conferiu um lugar central no sistema educacional, assinala Savoie (2005, p.59). Estas instituições foram responsáveis pela formação de um grande número de diplomados em nível secundário, os quais eram direcionados a entrar nas faculdades e a ocupar os principais postos no mercado de trabalho, tais como os do serviço de Estado, do exército, da magistratura, do professorado, ou ainda das carreiras liberais, como direito e medicina, conforme Belhoste (1990, p. 374).

Nicole Hulin (1998), por sua vez, informa que o regulamento de 26 de dezembro de 1814, previa o início do ensino das ciências físicas e naturais no sistema de ensino secundário francês^{vi}, que incluía os liceus e prescrevia lições para os três últimos anos, onde se abordava “um ano de animais e vegetais, um ano de minerais e da química, e um ano de física experimental” (HULIN, 1998, p. 416).

Não encontramos, até o momento, o plano de ensino dos Liceus Franceses, referente ao ano de 1851, ou seja, o ano em que a Botânica foi inserida no currículo do Liceu Paraense. Entretanto, constatamos que no ano seguinte a disciplina: *História Natural (Zoologia e Fisiologia Animal, Botânica e Fisiologia Vegetal, Geologia)*, fazia parte do plano de ensino dos liceus franceses.^{vii}

Como vimos, quando a História Natural passou a fazer parte do plano de ensino do sistema escolar do Pará, pela presença da Botânica no Liceu Paraense, de 1851 a 1853, a Botânica vinha adentrando na cultura local, indicando que as condições para isso já se faziam presentes tanto pela presença centenária de um Jardim Botânico nessa Província, como pelas

atividades dos naturalistas que se acentuavam na região, em meados do século. Essas condições também se manifestavam nos discursos de governantes, como veremos a seguir.

No momento em que a Botânica foi inserida no currículo do Liceu Paraense, o Presidente da Província era Fausto Augusto de Aguiar, que possuía formação escolar em conformidade com o processo modernizador. Nasceu no Rio de Janeiro, que era a capital do país e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Antes de assumir a presidência da Província do Pará, em 1850, havia presidido a do Ceará, de 1848 a 1850 (SENADO FEDERAL, 2020).

Fausto de Aguiar defendia a centralização do ensino secundário que incluía as aulas avulsas, pois segundo ele, este ensino seria viciado e incompleto por conta da disseminação dessas aulas pelo interior da Província: “É minha opinião, que a instrução secundária deve ser centralizada. A disseminação dessas aulas pela Província tem o grave defeito de tornar a instrução viciada e incompleta”. Ele assinala, ainda, que além da centralização, deveria ser dado “todo desenvolvimento e aperfeiçoamento possível ao Estabelecimento” que existia na Capital. (AGUIAR, 1851, p. 47)

Aguiar (1851, p. 47) assinou a lei em 27 de outubro de 1851, que inseriu a Botânica no programa de ensino do Liceu Paraense.^{viii} Não se trata, entretanto, de um acontecimento isolado, pois ele está associado a outras determinações da referida lei que representaram acentuado impacto no sistema de ensino e na própria cultura local, como veremos a seguir.

A inserção da História Natural no Sistema Escolar Paraense

Quando a Botânica foi inserida no Liceu Paraense, em 1851, a História Natural da qual era parte integrante vinha se inserindo na cultura local, não apenas pelas incursões dos naturalistas, pois começava a ser valorizada como disciplina escolar pelo discurso dos governantes. Isso é compatível com a presença da Botânica na cadeira *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica* que inaugura a entrada das Ciências no sistema escolar paraense, como se pode observar no recorte do Relatório do Presidente da Província do Pará, Fausto Augusto de Aguiar, publicado em 1852, no qual ele cita as mudanças no programa de ensino promovidas na instrução pública pela lei de 1851.

Figura 2: Programa de ensino do Liceu Paraense, de 1951.

O curso dos estudos do lycêu ficou constituido pelo modo seguinte:

1. ^a	Cadeira.	— gramatica latina.
2. ^a	”	— lingua francesa.
3. ^a	”	— lingua ingleza.
4. ^a	”	— arithmetica, algebra, geomè- tria plana e no espaço, trig- nometria rectilinea; contabi- lidade e escripturaçã mer- cantil.
5. ^a	”	— historia e geographia univer- sal, e especialmente do Bra- zil.
6. ^a	”	— philosophia racional e mo- ral.
7. ^a	”	— rhetorica e poetica.
8. ^a	”	— elementos de phisica e chi- mica, e principios geraes de botanica.
9. ^a	”	— desenho geometrico e topo- graphico, com o conheci- mento das ordens d'archité- ctura.

A'exceptão das duas ultimas, acham-se pro-
vidas todas as mais cadeiras; e os lentes cumprem
satisfactoriamente os seus deveres.

Fonte: Este Programa foi extraído do Relatório do Presidente da Província do Pará, no ano seguinte, Aguiar (1852, p. 22-23)

Pode-se observar ainda, nesse recorte do Relatório assinado por Fausto de Aguiar, em 1852, que a Botânica foi adotada pelo currículo do Liceu Paraense como parte integrante da cadeira *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica*, portanto, ela compartilha esta cadeira com outras Ciências, a Física e a Química, com as quais inaugurou a presença das disciplinas científicas no sistema escolar paraense. E acrescenta que havia duas cadeiras “sem lentes” para ministrá-las e que uma delas é a Botânica que, como se pode ver a seguir, é representada como um ramo da “instrução de tanta importância e de utilidade prática” e “uma lacuna, que cumpria preencher”.

Tratando da reforma do Liceu, comecei por dar mais algum desenvolvimento ao seu programa de estudos, adicionando-lhe o ensino dos elementos de física e química; dos princípios gerais de botânica; e do desenho geométrico e topográfico, com o conhecimento das ordens de arquitetura. A falta destes ramos de instrução, de tanta

importância e utilidade prática, no plano de estudos do Liceu, era quanto a mim, uma lacuna, que cumpria preencher, mormente não havendo na província meios alguns de os cultivar. (AGUIAR, 1852, p.22)

As dificuldades para o exercício dessa cadeira permanecem, pois em 1853 o então presidente Joaquim da Cunha, que substituiu a Fausto de Aguiar no governo da Província do Pará, afirmava em seu discurso que não havia discípulos interessados em cursar a referida cadeira e, ainda, discorria sobre a possibilidade de gastos com professores inexperientes para exercer a função para a cadeira que ele julgava “supérflua” e “felizmente vaga”.

O plano de estudos do Liceu, posto que incompleto, assim o deve ser, por ora, sob pena de se pagar a professores inábeis, e não haver discípulos, que queiram aprender, por isso julgo ainda supérflua a cadeira, felizmente vaga, de noções de Física, Química e Botânica. (CUNHA, 1853, p. 12).

Quando a Botânica foi retirada do currículo do Liceu, nesse mesmo ano, o governo da Província havia mudado e o novo presidente era Sebastião do Rego Barros (1803-1863), militar pernambucano, bacharel em Matemática, formado na Universidade de Göttingen, na Alemanha (FERREIRA, 2011, p. 175).^{ix} No mês de dezembro, ele sancionou a lei^x que alterou o regulamento de 8 de novembro de 1851, retirando a cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios gerais de Botânica* do currículo (TREZE DE MAIO, 1854, p. 1).

A História Natural retornou ao programa de ensino sistema escolar paraense somente duas décadas depois. Ela fez parte do plano de ensino do Curso Normal, que a partir de 1873, quando foi criado, passou a fazer parte do Liceu Paraense, juntamente com os dois cursos que já faziam parte desta instituição de ensino: o de Comércio e o de Humanidades. Pode-se ver pelo recorte do Regulamento que criou o Curso Normal, publicado pelo Jornal do Pará, de 5 de abril de 1873, contendo a matéria intitulada *Instrução Pública*, que a História Natural fez parte da cadeira *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura*. Observa-se que esta cadeira difere da inserida anteriormente dos cursos de Humanidades e Comércio por algumas características. Além de adotar a *História Natural* e não um de seus ramos, a *Botânica*, como antes, ela inclui a *Agricultura*, sendo assim, relacionada com uma prática que representava um pilar fundamental da economia local.^{xi}

Figura 3: Regulamento do Curso Normal publicado no Jornal do Pará, em 5 de abril de 1873.



Fonte: Jornal do Pará, edição 77 de sábado, 5 de abril de 1873.

No que se refere ao contexto social, convém assinalar que quando a História Natural voltou ao currículo do sistema escolar, com a criação do Curso Normal em 1873, era o início da *Belle Époque* Amazônica, caracterizada pelo avanço da modernidade que vinha da Europa, como mostra Sarges (2004). Mesmo antes, na década anterior, como assinalam Crispino, Bastos e Toledo (2006), observa-se o movimento de elites políticas e intelectuais, embora minorias, em favor da História Natural. Elites que a partir de 1866, passam a se reunir com o intuito de criar uma Associação Filomática, que tinha como um dos principais propósitos fundar e manter um Museu Etnográfico e de História Natural (hoje, Museu Paraense Emílio Goeldi), que foi implantado em 1871.^{xii} Portanto, quando a História Natural foi inserida no Curso Normal, ela não só vinha sendo alvo de interesse local, como já se fazia representar na arquitetura local por uma das mais destacadas instituições da época. Mesmo assim, embora

tenha retornado ao sistema escolar nesse momento, não logrou continuidade pois foi retirada em 1874, retornando somente em 1890.

O Liceu Paraense diferenciou-se das instituições escolares anteriores, não apenas por adotar a História Natural. Desde que foi criado, ele representou uma acentuada mudança em relação ao sistema escolar existente anteriormente, por inserir, neste, o ensino representante do segundo grau, seriado, não subordinado às ordens religiosas. Antes, além das aulas primárias de *Ler, escrever e contar*, como eram designadas, o que havia eram algumas aulas avulsas, tais como as de *Filosofia, Latim e Francês*, conforme informado por França (1997. p. 120-6), Barros e Alves (2014, p. 8-11) e Barros, Machado e Alves (2012, p. 99).^{xiii}

Considerações Finais

Como vimos, um dos ramos da História Natural, a Botânica, foi inserida no programa de ensino do Liceu Paraense, em 1851. A cadeira *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica*, a partir desse momento, passou a fazer parte do programa dos dois cursos que dele faziam parte: Humanidades e Comércio, permanecendo nele, apenas dois anos. Retornou após duas décadas, em 1873, como parte integrante da cadeira *Noções gerais de Física e Química, História Natural e de Agricultura*, no plano de estudo do Curso Normal que passou a fazer parte do Liceu Paraense. Novamente, permaneceu por curto espaço de tempo, pois este curso foi extinto no ano seguinte. De qualquer modo, essas incursões da História Natural nos planos de ensino do Liceu foram as primeiras iniciativas no sentido de inseri-las no sistema escolar paraense.

A inserção da História Natural no sistema escolar local, não foi um fato isolado. E embora o contexto paraense fosse marcado pelas tradições religiosas, era perceptível a presença e a penetração de elementos representativos da modernidade originada na Europa, entre eles os relacionados a este campo do conhecimento. Havia a atividade científica dos naturalistas; a presença de um Jardim Botânico frequentado pelos moradores locais; e a proposta de criar um Museu de História Natural, patrocinado pelas elites letradas e políticas locais.

Portanto, a inserção da História Natural no Liceu Paraense fez parte do conjunto de mudanças representadas por esta instituição de ensino desde que foi criada, em relação às que a precederam, por várias razões, tais como: pelas novas disciplinas que adotou: a Física e a Química, além da História Natural, assim como, por ter inserido o ensino de segundo grau

seriado no contexto paraense. Trata-se das mudanças pelas quais o ensino das Ciências penetrou no espaço escolar que era dominado por outros ensinamentos.

Referências

AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório do Presidente da Província do Gram Pará, o Exmo Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assembleia Provincial, no dia 15 de agosto de 1851.** Pará, Typographia Santos & Filhos, 1851.

AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. José Joaquim da Cunha, presidente da Província do Grão-Pará, pelo comendador Fausto Augusto d'Aguiar, por ocasião de entregar-lhe a administração da Província no dia 20 de agosto de 1852.**Pará: Typographia Santos & Filhos, 1852.

ARBOLEDA, Luis Carlos. Acerca del problema de la difusión científica en la periferia: el caso de la física newtoniana en la Nueva Granada (1740-1820). **Revista Quipu**, vol. 4, n. 1, enero-abril de 1987, pp. 7-30.

BARROS, Jônatas B.; MACHADO, Jorge R. C.; ALVES, José J. A. Introdução das Ciências Modernas nas Escolas da Amazônia: o Liceu Paraense e a Escola de Química Industrial. In.: CARUSO, Francisco. (editor). **Educação, Ciência e Desenvolvimento.** – Cotia, SP : Casa Editorial Maluhy & Co, 2012.

BARROS, Jônatas B.; ALVES, José J. A. O Papel do Liceu Paraense na Introdução das Ciências no Pará. Anais **Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT.** Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 08 a 11 de outubro de 2014 | ISBN: 978-85-62707-62-9.

BARROS, Jônatas B.; ALVES, José J. As ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890). In.: MENDES . Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas.** Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1979.

BELHOSTE, Bruno. L'enseignement secondaire français et les sciences au début du XXe siècle. La réforme de 1902 des plans d'études et des programmes. In: **Revue d'Histoire des Sciences.** 1990, Tome 43 n°4. pp. 371-400. Acesso em: 25 de abril de 2020. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhs_0151-4105_1990_num_43_4_4502 .

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação.** N. 2, p.177-229, 1990.

CRISPINO, Luis C. B.; BASTOS, Vera B.; TOLEDO, Peter M. (Orgs.). **As origens do Museu Paraense Emílio Goeld: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921).** Belém: Paka-Tatu, 2006.

CUNHA, José Joaquim da. **Fala que o Sr. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Pará, dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da mesma assembleia, no dia 15 de agosto de 1853.** Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1853.

ESTRELLA DO AMAZONAS, ed. 109, quarta-feira 10 de janeiro de 1855.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público da Província do Pará: o Liceu Paraense (18840-1889)**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp, 1997.

FRANCE. Ministère de l'instruction publique. **Bulletin administratif de la Instruction Publique**. Tome III, n° 25 à 36. Année 1852. Paris, Imprimerie et Librairie de Paul Dupont, 1853. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco**. – 1. ed. – Garulhos, SP : ABC Editorial, 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação & Realidade**. 22 (2): 15-46. Jul./Dez. 1997.

HULIN, Nicole. La place des sciences naturelles au sein de l'enseignement scientifique au XIXe siècle. In: **Revue d'Histoire des Sciences**, tome 51, n°4, 1998. Enseignement et sciences naturelles au XIXe siècle. pp. 409-434; doi: <https://doi.org/10.3406/rhs.1998.1334>. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/rhs_0151-4105_1998_num_51_4_1334>.

JORNAL DO PARÁ, edição 77 de quinta-feira, 5 de abril de 1873.

LUC, Jean-Noël. Permanências e mutações dos liceus franceses: do Primeiro Império ao início do século XXI. (Tradução: Maria Helena Câmara Bastos; Sabina Ferreira Alexandre Luz). **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 13, jan./abr. 2007. pp. 193-216

ORTEGA BAEZ, Rodrigo Antonio V. La enseñanza de la Botánica en la prensa de la Ciudad de México: 1801-1830. **Ofício: revista de história e interdisciplinar**, México. Numero 9, julio-diciembre, 2019. ISSN: 2594-2115. pp. 41-57.

PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. **Percepção visual da cidade: iconografias da natureza urbana de Belém (1808-1908)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Belém, 2015.

SANJAD, Nelson. Cólera e medicina ambiental no manuscrito “Cholera-morbus” (1832), de Antônio Correa de Lacerda (1777-1852). **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, vol. 11(3): 587-618, set.-dez. 2004.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, - Campinas, SP, 2001.

SANTOS, M. C.; SELLES, S. E. A produção da disciplina escolar história natural na década de 1930: os livros didáticos de Waldemiro Potsch para o ensino secundário. **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPG/UFES, Vitória – ES, a. 11, v. 19, n. 40, p. 45-68, jul/dez, 2014.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 2ª ed. – Belém: Paka-Tatu, 2004.

SAVOIE, Philippe. Création et réinventions des lycées (1802-1902). In. **Lycées, lycéens, lycéennes, deux: Institut national de recherché pédagogique**, 2005. Pp. 59-71. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 28). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2005_act_28_1_9241. Acesso em: 28 de março de 2020.

SENADO FEDERAL. **Senadores.** Fausto Augusto de Aguiar. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1625>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

SILVA, Tomaz T. Apresentação. In.: GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história.** (tradução de Attilio Brunetta; revisão da tradução: Hamilton Francischetti; apresentação: Tomaz Tadeu da Silva). 15ª ed. – Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2018. (Ciências sociais da educação).

STEPAN, Nancy Leys. **Picuture Tropical Nature.** London: Reaktion Books Ltd, 2001.

TREZE DE MAIO, **Edição 279**, sábado 14 de janeiro de 1854.

TREZE DE MAIO, **Edição 354**, terça-feira 8 de outubro de 1854.

Notas

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Este artigo também é fruto de uma pesquisa de doutorado sobre a introdução da disciplina História Natural na Instrução Pública do Pará entre 1851 e 1900.

ⁱⁱ Sobre a cadeira que incluiu a disciplina Botânica nos cursos de Humanidades e Comércio do Liceu Paraense ver Barros *et al* (2012, p.100). Sobre a cadeira que inclui a História Natural no Curso Normal da mesma instituição de ensino, ver Barros e Alves (2020, p.440).

ⁱⁱⁱ A noção de disciplina escolar com a significação de matéria de ensino surgiu a partir de meados do século XX, quando as humanidades clássicas passaram a ser contrapostas pela necessidade de uma educação científica. Antes desse período a palavra disciplina, no contexto escolar, estava associada a vigilância e a repressão das condutas consideradas inadequadas. Para mais detalhes, ver Chervel (1990).

^{iv} Conforme Sanjad (2004), Lacerda também produziu estudos sobre a relação entre o clima, a cultura e saúde, inclusive com conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais amazônicas. Publicou um texto sobre a patologia, etiologia, prevenção e terapêutica da cólera, intitulado Cholera-morbus.

^v Outros que europeus que estiveram na Amazônia neste momento, conforme Stepan (2001, p. 31) foram o Príncipe Adalbert, Richard Spruce, W. H. Eduard, Willian Herndon. Pereira (2015, p. 44), também se refere à presença do naturalista italiano Gaetano Osculati, no mesmo período.

^{vi} Conforme Luc (2007, p. 197) “O ensino público secundário acolhe sua clientela nos liceus, nos colégios e nos estabelecimentos privados, laicos ou eclesiásticos”.

^{vii} Esta Reforma Curricular está presente no *Boletim Administrativo da Instrução Pública, do Ministério da Instrução Pública da França*, (FRANCE, 1852, p. 59-63).

^{viii} A Lei 203 de 27 de outubro de 1851 foi assinada pelo Presidente da Província Fausto Augusto de Aguiar.

^{ix} Essas informações sobre Sebastião do Rego Barros que foi presidente do Pará, de 1853 e 1855 foram extraídas também do site da FGV (2018) e do jornal Treze de Maio (edição 354, terça-feira 8 de outubro de 1854).

^x Lei nº 237 de 28 de dezembro de 1853.

^{xi} Regulamento editado em 21 de março de 1873, conforme autorização do presidente José Domingos da Cunha Junior.

^{xii} Empenharam pela criação da Associação Filomática e fizeram parte da Diretoria, entre outros: Ferreira Penna, secretário da presidência da Província do Pará; Antônio de Lacerda Chermont, o Barão de Arari; Francisco Acácio Corrêa, bacharel em direito. Américo Santa Rosa, médico. José Ferreira Cantão, médico e deputado.

^{xiii} Segundo Barros, Machado e Alves (2012, p. 98) “as aulas avulsas consistiam em disciplinas ofertadas isoladamente, de modo que não faziam parte de um curso seriado. Sua função, via de regra, era preparar os discentes para os exames ‘Preparatórios’, que eram pré-requisitos para se adentrar nas Academias. Os Preparatórios, por sua vez, eram exames que ocorriam junto aos cursos acadêmicos, em que os discentes aprovados receberiam uma certidão de aprovação”.

Sobre os autores

Marcelino Carmo de Lima

Licenciado Pleno em Ciências Naturais/Biologia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutorando e Mestre em Educação em Ciências, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador do Grupo de Filosofia e História da Ciência e Educação na Amazônia (GFHCE), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: marcelinolima.msc@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6858-0406>

José Jerônimo de Alencar Alves

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Foi pesquisador bolsista do Centro de História da Ciência Tecnologia da USP e do *Centre National de la Recherche Scientifique* - CNRS/Paris. Atualmente é professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Pará, onde coordena o Grupo de Filosofia e História da Ciência e Educação na Amazônia (GFHCE), atuando, sobretudo, em História da Ciência e Epistemologia e História do Ensino de Ciências.

E-mail: jeroalves77@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4911-0131>

Recebido em: 10/11/2022

Aceito para publicação em: 10/12/2022